

SEGUROS SURA S/A
CNPJ: 33.065.699/0001-27



Presente contigo,
amanhã também.



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação dos Senhores o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Seguros SURA, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

I. CONTEXTO

Os mais de 80 anos de atuação e a consolidação de quase uma década no Brasil sustentam nossa posição entre os maiores grupos seguradores da região. Uma trajetória construída a partir de princípios claros: responsabilidade, respeito, equidade e transparência - e que se sustenta em visão de longo prazo, disciplina estratégica e compromisso com a sustentabilidade do negócio.

Somos parte de um sistema regional presente em 7 países da América Latina - Colômbia, Brasil, Chile, México, Panamá, República Dominicana e Uruguai - formado por mais de 60 mil profissionais e com mais de 73 milhões de clientes, integrando um ecossistema que acompanha cerca de 15% da população latino-americana.

No Brasil, a operação reúne mais de 400 colaboradores, distribuídos em 19 cidades, que atuam em três frentes estratégicas: mobilidade, vida e negócios. Nosso portfólio abrange soluções para transportes, automóveis e bicicletas, além de seguros de vida, acidentes pessoais, empresarial, responsabilidade civil e residencial. Estamos aqui para proteger quem nos escolhe.

II. ESTRATÉGIA

Temos um propósito claro: entregar bem-estar e competitividade sustentável para pessoas e empresas, com crescimento rentável, eficiência operacional e responsabilidade na gestão do negócio.

Essa ambição se materializa por meio de quatro focos estratégicos. Em Distribuição, a prioridade é ampliar acessos, fortalecer a presença regional e contribuir para um mercado de seguros cada vez mais sustentável. Em Eficiência, o eixo está na produtividade, disciplina de custos e evolução do modelo operacional, com decisões orientadas por dados, tecnologia e simplicidade. Em Serviços, a companhia é o nosso diferencial competitivo, com soluções que valorizam proximidade, confiança e presença ao longo da jornada de clientes e parceiros. Em Sustentabilidade, as pessoas ocupam um papel central, como base para a perenidade do negócio e para a geração de impacto positivo no longo prazo.

Em 2025, investimos R\$ 39,3 milhões na modernização da arquitetura tecnológica, no fortalecimento do ecossistema digital e na evolução do Programa Transformação iniciado em 2024. As iniciativas priorizam processos digitais, ampliação da conectividade por meio de APIs e soluções integradas para cotação, sinistros e renovações. Esse movimento acelera a eficiência, amplia a personalização das experiências e sustenta o crescimento no país.

III. GOVERNANÇA CORPORATIVA

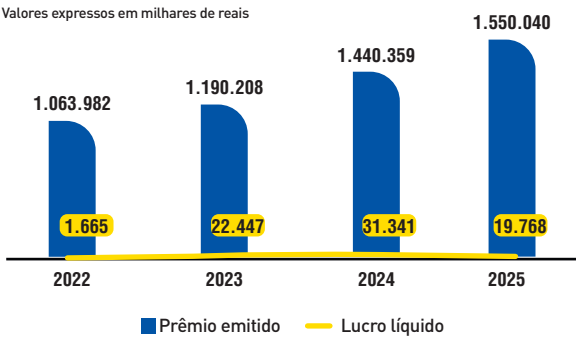
A Governança Corporativa sustenta cada tomada de decisão e orienta a forma como o negócio é conduzido. Em um ambiente regulatório complexo e em constante evolução, é assim que mantemos a coerência entre estratégia, operação e prática.

Políticas e diretrizes de governança, locais e do Grupo, são a base das atividades, processos, produtos e serviços. O desenvolvimento contínuo das capacidades internas fortalece a gestão de riscos de curto, médio e longo prazos.

Uma governança robusta é a âncora da competitividade sustentável, da integridade das informações e dos reportes financeiros e contábeis.

IV. DESEMPENHO ECONÔMICO

De acordo com as projeções da CNSEG, o setor de seguros gerais no Brasil manteve expansão próxima de 8% em 2025, acima da inflação. Nesse contexto, crescemos 7,6%, em linha com esse movimento e com consistência na evolução do negócio.



A diversificação permaneceu no centro da estratégia, organizada em três frentes. O grupo 1, concentrado em frota e transportes, segue relevante dentro dessa composição. O grupo 2, formado por seguros massificados - residenciais, empresariais, automóveis individuais e micromobilidade - registrou 36% de crescimento e passou a ter maior participação na composição

BALANÇO PATRIMONIAL - 31 de dezembro de 2025 e de 2024

		Nota		Nota	
		Explicativa		Explicativa	
Ativo		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		1.784.702	1.315.885	1.906.966	1.319.213
Disponível		8.292	8.715	148.309	154.062
Caixa e bancos		8.292	8.715	75.743	76.101
Aplicações	6	131.171	230.220	52.614	50.717
Créditos das operações com seguros e resseguros	7	832.746	701.631	9.989	8.432
Prêmios a receber		708.616	631.882	2.317	6.235
Operações com seguradoras		11.412	14.181	7.646	12.577
Operações com resseguradoras		112.718	55.568		
Ativos de resseguro	8	612.779	242.781	15	751.378
Títulos e créditos a receber		62.461	8.418		
Títulos e créditos a receber	10	46.391	2.812		
Créditos tributários e previdenciários	9	14.150	4.854		
Outros créditos		1.920	752		
Outros valores e bens		16.375	15.195		
Bens à venda	10	16.375	15.195		
Empréstimos e depósitos compulsórios		35	652		
Despesas antecipadas		58	55		
Custos de aquisição diferidos	17	120.785	108.218		
Seguros		120.785	108.218		
Ativo não circulante		883.307	755.800		
Realizável a longo prazo		768.120	682.216		
Aplicações	6	205.100	193.010		
Crédito das operações com seguros e resseguros	7	75.401	79.882		
Prêmios a receber		72.599	79.666		
Operações com seguradoras		2.802	216		
Ativos de resseguro	8	79.144	17.244		
Títulos e créditos a receber		380.593	362.464		
Créditos tributários e previdenciários	9	77.635	73.500		
Depósitos judiciais e fiscais	19	302.958	288.964		
Outros valores e bens	13	12.760	10.252		
Empréstimos e depósitos compulsórios		640	659		
Custos de aquisição diferidos	17	14.482	18.705		
Seguros		14.482	18.705		
Imobilizado	11	16.308	15.638		
Bens móveis		7.304	7.446		
Outras imobilizações		9.004	8.192		
Intangível	12	98.879	57.946		
Outros intangíveis		98.879	57.946		
Total do ativo		2.668.009	2.071.685		
Passivo					
Circulante					
Contas a pagar	14	148.309	154.062		
Obrigações a pagar		75.743	76.101		
Impostos e encargos sociais a recolher		52.614	50.717		
Encargos trabalhistas		9.989	8.432		
Impostos e contribuições		2.317	6.235		
Outras contas a pagar		7.646	12.577		
Débitos de operações com seguros e resseguros	15	751.378	314.761		
Prêmios a restituir		-	3.543		
Operações com seguradoras		24.594	26.946		
Operações com resseguradoras		611.369	169.507		
Corretores de seguros e resseguros		115.415	114.765		
Depósitos de terceiros	16	11.236	3.170		
Provisões técnicas - Seguros	17	993.772	846.958		
Danos		954.063	823.732		
Pessoas		39.709	23.226		
Outros débitos	13	2.271	262		
Débitos diversos		2.271	262		
Passivo não circulante		388.448	400.657		
Contas a pagar	14	5.551	6.458		
Obrigações a pagar		5.551	6.458		
Provisões técnicas - Seguros	17	138.179	159.416		
Danos		135.121	156.800		
Pessoas		3.058	2.616		
Outros débitos	19	218.367	210.474		
Provisões judiciais	20	12.224	12.645		
Provisão atuarial - benefício pós-emprego		1.629	1.612		
Outras provisões	13	12.498	10.052		
Débitos diversos	21	372.595	351.815		
Patrimônio líquido		362.222	362.222		
Capital social		845	845		
Reservas de reavaliação		-	-		
Reservas de lucros		-	-		
Prejuízos acumulados		-	-		
Total do passivo e patrimônio líquido		2.668.009	2.071.685		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

		Capital social		Reservas de reavaliação		Reservas de lucro		Lucros/(prejuízos) acumulados		Total	
		362.222		(953)		(41.581)		319.688			
Saldo em 31 de dezembro de 2023		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de reavaliação		-	-	786	-	-	-	786	-	-	-
Efeitos de reavaliação provisão atuarial plano médico		-	-	1.310	-	-	-	1.310	-	-	-
Efeitos tributários sobre resultado abrangente		-	-	(524)	-	-	-	(524)	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	31.341	-	31.341	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		362.222	-	(167)	-	(10.240)	-	351.815	-	-	-
Reserva de reavaliação		-	-	1.012	-	-	-	1.012	-	-	-
Efeitos de reavaliação provisão atuarial plano médico		-	-	1.691	-	-	-	1.691	-	-	-
Efeitos tributários sobre resultado abrangente		-	-	(679)	-	-	-	(679)	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	19.768	-	19.768	-
Proposta para distribuição do resultado		-	-	-	-	9.528	-	(9.528)	-	-	-
Reserva legal		-	-	-	-	476	-	(476)	-	-	-
Reserva de lucros a realizar		-	-	-	-	9.052	-	(9.052)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025		362.222	-	845	-	9.528	-	-	-	372.595	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2025 e de 2024

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Seguros SURA S.A., doravante referida também como “Seguradora” ou “Companhia”, é subsidiária do Grupo SURA, empresa de origem colombiana presente em diversos países da América Latina. Tem por objetivo social a exploração das operações de seguros dos ramos elementares e vida, em quaisquer das suas modalidades, tal como definido na legislação em vigor, operando através de sucursais nos principais centros econômicos do país. A controladora em última instância, o Grupo de Inversões Suramericana S.A., com sede em Medellín, Colômbia, completou, em 2024, 80 anos de história.

A aquisição de controle do grupo colombiano se deu em 2016, e, desde então, a Seguradora encontra-se em um processo contínuo de maturação de seus negócios e plano de crescimento junto ao seu novo controlador. Mudanças importantes no corpo diretivo e estratégia de negócios vêm sendo fatores importantes, que consequentemente tem se demonstrado nas operações da Seguradora. Durante os exercícios de 2025 e 2024, a Seguradora manteve seu posicionamento de mercado no Brasil atuando em quatro pilares estratégicos: transportes, automóvel frota, seguros para pequenas e médias empresas e afilidades.

A Seguradora é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Padre Antônio José dos Santos, nº 1.530, Cidade Monções, na cidade de São Paulo, SP, Brasil, desde junho de 2024.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Diretoria da Seguradora em 24 de fevereiro de 2025.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Seguradora foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras, foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP nº 648/2021 e suas alterações posteriores. Os ativos e passivos estão avaliados, pelo custo histórico, com exceção:

- De certos ativos financeiros e bens à venda que são mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Das provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP; e
- De provisões judiciais, reconhecidas com base em estimativa.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de forma comparativa com os saldos de 31 de dezembro de 2024, conforme disposições do CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e da Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

São representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira, caixa e depósitos bancários, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. São utilizados pela Seguradora para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, mas não para investimento ou outros propósitos.

do portfólio. O grupo 3, com foco em seguros de pessoas e vida em grupo, apresentou 38% de evolução e consolidou presença no segmento de pequenas e médias empresas.

O portfólio de frota encerrou o exercício com prêmios emitidos 12% superiores ao ano anterior, concentrados no primeiro semestre. No segundo semestre, o ambiente competitivo exigiu manutenção da disciplina técnica e maior seletividade na subscrição, preservando a qualidade do resultado operacional.

Em transportes, a carteira teve redução de receitas associada a não renovação de contratos específicos, enquanto o resultado técnico avançou 35% no período. A atuação fortalece nossa posição como uma das líderes no mercado brasileiro, com reconhecimento consolidado no seguro para embarcadores, tanto no âmbito nacional quanto internacional.

Nos seguros de automóveis individuais, o volume 50% superior ao ano anterior sustentou a consolidação do modelo operacional digital e escalável.

Nos ramos patrimoniais, empresariais e residenciais, o desempenho acima de 15% reflete o progresso dos processos de venda e pós-venda e amplia o papel desses portfólios na gestão e no relacionamento com os canais de distribuição.

Em seguros de pessoas, vida em grupo e acidentes pessoais, o desempenho de 38% no canal corretor reforçou o posicionamento dessa carteira no segmento de pequenas e médias empresas. O resultado técnico segue em desenvolvimento, com ajustes na subscrição, ampliação da distribuição e diversificação das fontes de resultado. Trata-se de um portfólio estratégico para o fortalecimento da rentabilidade.

O canal corretor manteve posição central na comercialização das soluções com prêmios emitidos 8% superiores a 2024. Afinidades preservou o nível de receitas e apresentou melhoria no resultado técnico, destacando o papel desse canal na diversificação e no relacionamento com o mercado.

Os resultados de 2025 impulsionam a composição do negócio, ampliam a capacidade de expansão e sustentam a evolução do modelo de gestão de performance e rentabilidade dos portfólios. Esse direcionamento segue acompanhado da manutenção da disciplina técnica, da continuidade dos ajustes operacionais e do avanço das iniciativas previstas para 2026, com impacto direto na eficiência, na qualidade do resultado e na consolidação das frentes estratégicas.

V. AGRADECIMENTOS

Agradecemos a confiança construída com clientes, corretores, parceiros, fornecedores, resseguradores, acionistas e com a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, fundamental para a nossa trajetória e para a continuidade do negócio no Brasil.

Aos colaboradores, um reconhecimento especial pela disciplina, consistência e compromisso que sustentam a execução da estratégia e a evolução do negócio.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

		Nota	
		Explicativa	
		31/12/2025	31/12/2024
Prêmios emitidos	23.a	1.550.040	1.440.359
Variações das provisões técnicas de prêmios	23.b	(67.732)	(153.998)
Prêmios ganhos	23.c	1.482.308	1.286.361
Sinistros ocorridos	23.d	(865.440)	(656.985)
Custos de aquisição	23.e	(349.743)	(316.128)
Outras receitas e despesas operacionais	23.f	(22.385)	(32.792)
Resultado com resseguro	23.g	(40.173)	(70.176)
Receita com resseguro		523.139	219.130
Despesa com resseguro		(563.312)	(289.306)
Despesas administrativas	23.h	(224.970)	(184.756)
Despesas com tributos	23.i	(26.444)	(34.716)
Resultado financeiro	23.j	56.185	52.469
Resultado operacional		9.338	43.277
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	23.k	-	(164)
Resultado antes dos impostos e participações		9.338	43.113
Imposto de renda	24	7.872	(6.020)
Contribuição social	24	2.558	(5.752)
Lucro líquido do exercício		19.768	31.341
Quantidade de ações		392.697	39.269.781
Lucro por ação		50.34	0.80

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

		Nota	
		Explicativa	
		31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício		19.768	31.341
Efeitos de reavaliação provisão atuarial plano médico		1.691	1.310
Efeitos tributários sobre resultado abrangente		(679)	(524)
Resultados abrangentes no exercício		20.780	32.127

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

	(Valores expressos em milhares de reais)	
	31/12/2025	31/12/2024
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	19.768	31.341
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	22.083	17.474
Perda/(reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	(990)	995
Perda/(ganho) na alienação de imobilizado e intangível	-	164
Resultado do exercício ajustado	40.861	49.973
Varição nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	86.959	1.812
Créditos das operações de seguros e resseguros	(125.644)	(193.183)
Ativos de resseguro	(431.898)	58.236
Créditos fiscais e previdenciários	(13.431)	254
Depósitos judiciais e fiscais	(13.994)	(13.494)
Despesas antecipadas	(3)	(11)
Custos de aquisição diferidos	(8.344)	(27.973)
Outros ativos	(49.730)	10.730
Impostos e contribuições	(6.811)	(12.043)
Outras contas a pagar	3.044	61.242
Débitos de operações com seguros e resseguros	436.617	(32.065)
Depósitos de terceiros	8.066	(6.336)
Provisões técnicas - Seguros	125.577	159.355
Provisões judiciais	7.893	7.042
Outros passivos	4.866	(7.913)
Caixa gerado pelas operações	64.028	55.626
Juros pagos	(815)	(582)
Impostos sobre o lucro pagos	(2.893)	(11.968)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	60.320	43.076
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda:		
Imobilizado	-	(188)
Intangível	1.128	699
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(3.127)	(13.732)
Intangível	(59.856)	(27.487)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento	(61.755)	(40.708)
Atividades de financiamento		
Outros - Plano de benefício pós-emprego (CPC 33)	1.012	786
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	1.012	786
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(423)	3.154
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.715	5.561
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8.292	8.715

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

★ continuação

SEGUROS SURA S/A

CNPJ 33.065.699/0001-27



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

i. não atender às outras duas mensurações possíveis (custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes);
ii. se, ao fazê-lo, puder eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento (algumas vezes referida como “descasamento contábil”) que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

b) Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros classificados ao custo amortizado terão as seguintes condições (conforme aprovado na Circular SUSEP 648/2021 e CPC 48):

- i. o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais;
ii. os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes terão as seguintes condições (conforme aprovado na Circular SUSEP 648/2021 e CPC 48):

- i. o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros;
ii. os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

d) Determinação do valor justo

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seu valor justo obtido a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na BM&F Bovespa, na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia, B3 - Brasil Bolsa Balcão e na CBLC - Central Brasileira de Liquidação e Custódia.

e) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo, que estão representados principalmente por créditos das operações com seguros e resseguros, títulos e créditos a receber e empréstimos. Os recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

f) Redução ao valor recuperável (impairment)

Redução do valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável na data do balanço. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

A Seguradora constitui redução ao valor recuperável de prêmios a receber, através de estudo técnico baseado no histórico de cancelamento de prêmios por inadimplência, com base no período decorrido do vencimento dos prêmios e vigência dos contratos expirados. A metodologia também considera a dedução dos custos de aquisição diferidos e da parcela de resseguro relacionada aos prêmios pendentes. A Seguradora constitui a redução ao valor recuperável para prêmios de cosseguros aceitos e sinistros de cosseguros cedidos através de estudo técnico baseado em histórico de recebimentos por congêneres. E operações com resseguradoras, constitui redução ao valor recuperável para os ativos de resseguro através de estudo elaborado pelo Grupo SURA baseado em risco de crédito dos resseguradores.

Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

É efetuada análise anual quanto à capacidade de recuperação dos valores, com o objetivo de assegurar que a perda por não recuperação desses ativos é registrada como resultado de decisões para descontinuar as atividades relativas a referidos ativos ou quando há evidência de que os resultados das operações não serão suficientes para assegurar a realização de referidos ativos.

3.3. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Os custos de aquisição compreendem os custos diretos na obtenção e processamento de novos negócios/contratos de seguros. Esses custos são capitalizados, reconhecidos como ativo e amortizados pelo prazo de reconhecimento dos prêmios de seguros, de acordo com o prazo de vigência dos contratos, onde a vigência média de diferimento é de 335 dias para danos e de 235 dias para seguros de pessoas.

3.4. BENS À VENDA - SALVADOS

Referem-se a ativos recuperados e registrados após a regulação do sinistro. Os salvados são mensurados através do percentual médio de venda nos últimos 12 meses com base no tipo de monta, aplicados valor de mercado, exceto para os contratos de seguros com valor determinado. Mensalmente é feito acompanhamento do valor médio de venda, e havendo alteração neste percentual, anualmente os valores são ajustados.

3.5. ATIVOS E PASSIVOS DE RESSEGUROS

Os ativos e passivos de resseguros são apresentados de forma bruta, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exime a Seguradora em honrar suas obrigações perante os segurados.

Os ativos de resseguro correspondem aos valores das operações realizadas com resseguradores, considerando o prazo esperado para sua realização ou recebimento. Eles são avaliados de maneira consistente com os saldos dos passivos de seguro, que, por sua vez, são compostos principalmente por prêmios cedidos líquidos das comissões incorridas na operação, as quais foram objeto de resseguro, conforme os termos e condições de cada contrato.

3.6. CONTRATOS DE ARRENDAMENTO

É realizado o reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento para todos os contratos de arrendamento, exceto os de curto prazo e de baixo valor. O ativo é mensurado pelo valor presente das prestações futuras de arrendamento, enquanto o passivo é reconhecido pelas obrigações de pagamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo do prazo do arrendamento, e o passivo é amortizado conforme os pagamentos são efetuados. A taxa de desconto média utilizada foi de 10,54% a.a..

Para os contratos de curto prazo e baixo valor, a Seguradora optou pelo expediente prático, onde estes terão suas despesas reconhecidas no resultado do exercício.

3.7. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis, equipamentos, móveis e utensílios, benfeitoria em imóveis de terceiros, veículos e equipamentos de informática utilizados para a condução dos negócios da Seguradora em sua atividade operacional.

A Seguradora utiliza o método de depreciação linear, utilizando-se os seguintes períodos correntes:

	Tempo
Imobilizado	
Imóveis	25 anos
Utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos
Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Quando ocorrer substituição de algum imobilizado, o saldo residual do item é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.	

3.8. INTANGÍVEL

Os saldos do intangível referem-se a:

- i. Desenvolvimento de sistemas: reconhecido como ativo quando é possível demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados são deduzidos da amortização acumulada gerada durante a vida útil.
ii. Outros ativos intangíveis: investimentos efetuados com canais de distribuição de terceiros para fins de negociação do produto de seguro de afinidade, sendo demonstrado pelo custo, deduzido das respectivas amortizações calculadas pelo método linear ou da forma em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos através do prêmio ganho realizado pelo canal. Mensalmente a Seguradora acompanha a evolução dos canais para certificar que a produção real está em conformidade com o plano de negócio, bem como análise dos canais para identificação de possível redução de valor recuperável de ativos.

	Tempo
Intangível	
Despesas de desenvolvimento de sistemas (software)	5 anos
Direito de uso de bases de clientes de terceiros (produto de seguro de afinidades)	5 anos/prêmio ganho pelo canal

3.9. PROVISÕES TÉCNICAS

- **Provisão de prêmios não ganhos - PPNG:** Tem como objetivo garantir a cobertura dos sinistros e das despesas que possam ocorrer durante a vigência dos riscos assumidos. É calculada com base no valor do prêmio comercial, considerando as operações de cosseguro aceito, bruto das operações de resseguro e líquido das operações de cosseguro cedido. O cálculo segue as diretrizes da Circular SUSEP 678/2022, assegurando a adequada alocação dos prêmios ao período de risco correspondente.
- **Provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos - PPNG-RVNE:** É constituída como complemento à PPNG e corresponde aos prêmios estimados relacionados a riscos já vigentes, mas cujas apólices ainda não foram emitidas. Seu cálculo é realizado com base na metodologia definida em Nota Técnica Atuarial.
- **Provisão de sinistros a liquidar - PSL:** Tem como objetivo garantir a cobertura dos valores esperados a liquidar referentes a sinistros avisados e registrados pela Seguradora até a data-base de apuração. A provisão abrange operações de cosseguro aceito, sendo registrada de forma bruta das operações de resseguro e líquida das operações de cosseguro cedido. Além disso, a Seguradora adota uma política de sinistros que busca assegurar a efetividade na gestão dos riscos, incluindo o tratamento adequado de sinistros, salvados e ressarcidos.
- **Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR (incurred but not reported):** Tem como objetivo garantir a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos, mas ainda não registrados pela Seguradora até a data-base de apuração. A provisão abrange operações de cosseguro aceito, sendo registrada de forma bruta das operações de resseguro e líquida das operações de cosseguro cedido. A apuração do IBNR é realizada com base em metodologia definida em Nota Técnica Atuarial, utilizando uma base histórica de 11 anos, que considera também estimativas de despesas, recuperações de salvados e ressarcimentos.

- **Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNER (incurred but not enough reported):** O IBNER é apurado com base na experiência da Seguradora e refere-se às variações esperadas nos valores dos sinistros registrados na PSL durante o processo de regulação, sejam elas positivas ou negativas. Esse ajuste tem como objetivo refletir a melhor estimativa dos valores finais a liquidar. A metodologia utilizada para o cálculo do IBNER é definida em Nota Técnica Atuarial.
 - **Provisão de despesas relacionadas - PDR:** A PDR é constituída para refletir as despesas esperadas associadas à regulação dos sinistros avisados, garantindo a cobertura dos custos futuros que a Seguradora incorrerá no processo de liquidação desses sinistros. O cálculo da PDR é realizado com base em metodologias definidas nas Notas Técnicas Atuariais.
 - **Teste de adequação de passivos - TAP e a Provisão complementar de carteira - PCC:** Conforme disposto na Circular SUSEP nº 648/2021, alterada pela Circular SUSEP nº 678/2022, e requerido pelo CPC 11, o TAP é realizado semestralmente para avaliar as obrigações decorrentes dos contratos e certificados de seguro vigentes na data de apuração. A análise utiliza métodos estatísticos e atuariais baseados em premissas realistas.
- Os contratos vigentes foram segmentados por regime financeiro, tipos de produtos (seguro de danos e seguro de pessoas) e prêmios registrados e não registrados, sendo permitida a compensação entre déficits e superávits dentro de cada segmentação. Caso haja déficit em qualquer segmentação, é constituída a PCC pelo valor correspondente.
- Os fluxos de caixa projetam sinistros futuros e despesas administrativas relacionadas aos contratos. As principais premissas utilizadas incluem:
- i. Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ) livre de risco, definida pela SUSEP, para apuração do valor presente dos fluxos de caixa;
ii. Melhor estimativa de sinistralidade, considerando os 24 meses anteriores à data-base, para a projeção dos sinistros a ocorrer;
iii. Despesas administrativas estimadas, excluindo despesas para novos negócios;
iv. Fluxos de caixa brutos de resseguro;
v. Percentuais de sinistralidade por segmento: automóvel (73,50%), patrimonial affinity (3,70%), patrimonial (71,30%), responsabilidade (10,00%), transporte (52,50%), global (13,78%), run-off (29,93%), pessoas coletivo (68,07%), pessoas coletivo affinity (3,94%).
- Os procedimentos e premissas adotados estão documentados no relatório do teste de adequação de passivos, assinado pelo atuário técnico.

Análise da suficiência do fluxo registrado de prêmio

	Fluxo de pagamento	Valor presente	Net carrying amount	Suficiência
Carteiras				
Automóvel	319.094	288.237	343.142	54.905
Patrimonial affinity	2.443	2.278	7.559	5.281
Patrimonial	52.630	48.483	50.035	1.552
Responsabilidade	391	359	2.023	1.664
Transporte	78.855	66.598	100.033	33.435
Global	10.690	9.571	53.575	44.004
Total danos	464.103	415.526	556.367	140.841
Pessoas coletivo	3.203	3.004	3.746	742
Pessoas coletivo affinity	134	129	485	356
Total pessoas	3.337	3.133	4.231	1.098
Total	467.440	418.659	560.598	141.939

Análise da suficiência do fluxo não registrado

	Fluxo de pagamento	Valor presente	Net carrying amount	Suficiência
Carteiras				
Patrimonial affinity	20	19	116	97
Transporte	59.855	54.349	69.730	15.381
Total danos	59.875	54.368	69.846	15.478
Pessoas coletivo	24.120	22.191	23.331	1.140
Total pessoas	24.120	22.191	23.331	1.140
Total	83.995	76.559	93.177	16.618

Análise da suficiência do fluxo registrado de sinistros

	Valor presente	PSL	IBNR	Reserva total	Suficiência
Carteiras					
Automóvel	188.354.200	145.058.778	56.911.673	201.970.451	13.616.251
Patrimonial affinity	2.071.776	1.869.765	257.430	2.127.195	55.419
Patrimonial	58.472.749	56.639.743	4.089.750	60.729.493	2.256.744
Responsabilidade	616.498	349.050	431.483	780.533	164.035
Transporte	64.108.061	65.116.482	9.035.392	74.151.874	10.043.813
Global	39.054.210	10.953.022	31.621.910	42.574.932	3.520.722
<i>Runoff</i>	<i>15.938.087</i>	<i>17.297.039</i>	<i>-</i>	<i>17.297.039</i>	<i>1.358.952</i>
Total danos	368.615.582	297.283.879	102.347.639	399.631.517	31.015.936
Pessoas coletivo	34.573.661	14.925.239	20.807.064	35.732.303	1.158.642
Pessoas coletivo affinity	528.670	410.814	263.540	674.354	145.684
Total pessoas	35.102.331	15.336.053	21.070.604	36.406.657	1.304.326
Total	403.717.912	312.619.932	123.418.242	436.038.174	32.320.262

Em 31 de dezembro de 2025, o TAP não indicou a necessidade de constituição de PCC.

3.10. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A Seguradora constitui provisão atuarial para benefícios pós-emprego em conformidade com o pronunciamento contábil CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados. Os cálculos e as premissas utilizadas foram elaborados pelo escritório atuarial Willis Towers Watson, que também preparou relatórios para dar suporte às premissas adotadas e aos valores provisionados. A Seguradora oferece aos seus aposentados um plano médico assegurado pela Bradesco. Esse plano garante a cobertura médica para todos os funcionários e seus dependentes elegíveis, sendo os custos provisionados no momento da rescisão do contrato de trabalho.

3.11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240.000 no exercício. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada considerando a alíquota de 15%. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável. A expectativa de realização dos créditos tributários é baseada no plano de negócio elaborado anualmente pela Administração.

3.12. PROVISÕES JUDICIAIS, PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS (FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados da seguinte forma:

- **Ativos contingentes:** Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Provisões judiciais:** São reconhecidas quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis e remotas pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas ou reconhecidos contabilmente como provisões judiciais para a parcela que houver expectativa de saída de caixa e perda provável, conforme o pronunciamento técnico CPC 25. As provisões judiciais relacionadas a sinistro a liquidar são avaliadas para provisão de perda de acordo com a política da Seguradora, independente do pronunciamento técnico CPC 25, reconhece contabilmente 100% para perda provável, 65% para perda possível e 15% para perda remota do valor em risco, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração;
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias):** Referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente.

3.13. APURAÇÃO DO RESULTADO

O resultado é apurado pelo regime de competência e considera:

- i. O reconhecimento dos prêmios emitidos de liberação, dos prêmios de cosseguro aceito e das cessões em cosseguros, no resultado, deduzidos de cancelamentos e restituições, ocorre quando da emissão das respectivas apólices ou pelo início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro. E são apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices;
ii. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como “receitas financeiras” em base “pro-rata” dia, ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios;
iii. As despesas da Seguradora são reconhecidas pelo regime de competência.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Administração da Seguradora tem a responsabilidade por estabelecer e supervisionar a estrutura de gerenciamento de risco. Para isso, estabeleceu o Comitê de Risco, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco e reporta regularmente à Administração sobre suas atividades.

As políticas de risco têm como objetivo identificar e analisar os riscos, definir limites e controles adequados, e monitorar a aderência a esses limites. Essas políticas e sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Seguradora. A Seguradora, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A área de Riscos do Grupo supervisiona a conformidade com as políticas estabelecidas e avalia a eficácia da estrutura de gerenciamento em relação aos riscos aos quais a Seguradora está exposta. Os riscos de seguro aos quais a Seguradora está exposta são: subscrição, operacional, legal, mercado, crédito, liquidez e outros, provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros.

4.1. GERENCIAMENTO DE RISCO DE SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de que eventos contrários às expectativas comprometam significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido da Seguradora. Esse risco abrange falhas na avaliação e precificação dos riscos assumidos, bem como nas estimativas de provisões técnicas necessárias para garantir a solvência e a capacidade de honrar os compromissos com os segurados.

Os principais riscos aos quais a Seguradora está exposta são: (i) precificação; (ii) aceitação; e (iii) gerenciamento de riscos de seus clientes. A aceitação de riscos implica compromissos de pagamento de sinistros, exigindo controle rigoroso e análise criteriosa.

Os fatores críticos para o gerenciamento do negócio são: uma subscrição disciplinada, avaliação abrangente dos riscos, processo estruturado de gerenciamento de riscos, precificação e controle de exposição. A Seguradora gerencia esses riscos através da sua estratégia de subscrição, reduzindo sua exposição através de contratos de resseguro e cosseguro.

Para as carteiras de propriedade, engenharia (run-off) e automóvel existe uma gestão preventiva de análise dos riscos. Já para a carteira de transporte, existe a administração preventiva de sinistros através de recursos tecnológicos e escolha da carga segura transportada.

A estratégia de subscrição busca assegurar que os riscos assumidos estão diversificados em termos de tipo, montante de riscos, indústria e geografia. A precificação de seguros geralmente se baseia no histórico de frequências e severidade média dos sinistros, ajustados pela inflação e tendências futuras a fim de reconhecer antecipadamente as mudanças nos padrões de sinistros. Como as liquidações de sinistros continuam sendo o principal custo da Seguradora, ela cria subsídios nos procedimentos de precificação para despesas de aquisição, despesas de administração e custo de resseguro que cubram adequadamente o custo do capital de exposição aos riscos.

A cessão de riscos por cosseguros e resseguros limita perdas potenciais e diversifica a exposição. Contratos de resseguro incluem cláusulas de excesso de danos, limite de perdas e cobertura de catástrofes, assegurando que as perdas da Seguradora sejam limitadas à parcela retida.

Há exposição a riscos de crédito relacionados aos contratos de resseguro, incluindo inadimplência ou descumprimento. Para mitigar esses riscos, a Seguradora seleciona resseguradores com alta solidez financeira, capacidade técnica e preços competitivos. Apesar da cessão, a Seguradora permanece responsável pelos riscos como seguradora direta.

Todos os produtos e suas respectivas coberturas são previamente autorizados pela SUSEP.

Concentração de riscos dos contratos de seguro

A concentração de risco dos contratos de seguro para as várias modalidades é determinada com base nos prêmios emitidos antes do resseguro, levando-se em conta sua distribuição geográfica e linha de negócios, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	31/12/2025			
	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Nordeste
Automóvel	551.612	97.614	38.180	23.229
Transportes	238.499	89.986	4.664	5.402
Patrimonial	256.694	30.361	8.790	10.213
Pessoas	155.628	10.957	5.691	3.659
Outros	15.656	1.643	711	851
Total	1.218.089	230.561	58.036	43.354

	31/12/2024			
	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Nordeste
Automóvel	462.581	89.503	33.754	23.013
Transportes	335.342	61.044	1.008	4.227
Patrimonial	234.128	27.185	4.881	6.887
Pessoas	125.908	7.854	4.299	3.079
Outros	13.345	1.441	394	486
Total	1.171.304	187.027	44.336	37.692

4.2. GESTÃO DE RISCO OPERACIONAL

Riscos operacionais são os riscos de perdas diretas e indiretas resultantes de fatores humanos, eventos externos, processos internos e falhas nos sistemas. Os riscos operacionais são inerentes às operações da Seguradora e são típicos de qualquer empresa. As principais fontes de risco incluem confiabilidade dos processos operacionais, segurança da informação, terceirização de operações, dependência de fornecedores chave, implementação de mudanças estratégicas, fraudes, baixa qualidade de serviço aos clientes, continuidade de negócios, recrutamento, treinamento e retenção de pessoas e impactos sociais.

A Seguradora gerencia os riscos operacionais utilizando uma variedade de técnicas e ferramentas para identificar, monitorar e mitigar os riscos operacionais de acordo com sua disposição ao risco. Estas ferramentas incluem autoavaliação de riscos, indicadores de riscos chave (por exemplo, indicadores de fraudes e de serviço), análises de cenário e relatórios de perdas. Além disso, a Seguradora desenvolveu alguns planos de contingência tecnológica, incluindo gestão de incidentes e planos de continuidade de negócios.

4.3. GESTÃO DE RISCO LEGAL

No curso normal de suas atividades, a Seguradora é envolvida em processos judiciais ou de arbitragem com relação às suas obrigações, principalmente àquelas relacionadas ao pagamento de sinistros. O desfecho dessas questões legais/judiciais se altera ao longo do tempo, e consequentemente, o montante das obrigações da Seguradora também se altera, podendo assim afetar negativamente o resultado da Seguradora.

A Seguradora por meio de seu departamento jurídico acompanha periodicamente o andamento de suas ações judiciais de forma a mitigar os riscos legais/judiciais e reduzir eventuais desembolsos financeiros.

4.4. GESTÃO DE RISCO DE MERCADO

Risco de mercado é o risco de que haja alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de câmbio e taxas de juros - que irão afetar os resultados da Seguradora ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Taxas de juros

O risco de taxa de juros advém de a possibilidade da Seguradora estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor presente do portfólio de investimentos.

A Seguradora possui contrato de gestão de investimento com instituição financeira, o qual leva em consideração diversos aspectos, tais como: oportunidades de investimentos, limites de investimentos e aspectos de liquidez. A Seguradora, em 31 de dezembro de 2025, contabiliza seus ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado e custo amortizado.

O principal objetivo da estratégia de investimento da Seguradora é maximizar o retorno dos investimentos para principalmente manter os ativos garantidores em montante suficiente para cobertura das provisões técnicas e para melhorar seus retornos de forma geral. Em relação a isso, a Administração é auxiliada por instituição financeira externa. Todos os investimentos novos ou realiações são avaliados individualmente e submetida à aprovação da Administração.

Taxas de câmbio de operações em moeda estrangeira

→ continuação

SEGUROS SURA S/A
CNPJ 33.065.699/0001-27



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

O monitoramento de suas exigências ocorre através de projeções de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa sobre investimentos, bem como através de projeções de ativos garantidores para cobertura de provisões técnicas de acordo com o requerido pela SUSEP. Busca manter o nível de seus investimentos altamente negociáveis em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros para os próximos 90 dias.

A Seguradora monitora também o nível esperado de entradas de fluxos de caixa proveniente dos prêmios a receber em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas a pagamentos de comissões e sinistros, fornecedores e outras contas a pagar.

	31/12/2025			31/12/2024		
	O a 12 meses	Acima de 12 meses	Total		Total	
Caixa e bancos	8.292	-	8.292	8.715		
Aplicações	131.171	205.100	336.271	423.230		
Créditos das operações com seguros e resseguros	832.746	75.401	908.147	781.513		
Ativos de resseguro (*)	219.594	-	219.594	100.982		
Títulos e créditos a receber	46.391	-	46.391	2.812		
Empréstimos e depósitos compulsórios	35	640	675	1.311		
Outros valores e bens - bens à venda	16.375	-	16.375	15.195		
Depósitos judiciais e fiscais	-	302.958	302.958	288.964		
Total ativo	1.254.604	584.099	1.838.703	1.622.722		
Contas a pagar	148.309	5.551	153.860	160.520		
Débitos de operações com seguros e resseguros	751.378	-	751.378	314.761		
Depósitos de terceiros	11.236	-	11.236	3.170		
Provisões de sinistros a liquidar e despesas relacionadas (*)	289.462	63.433	352.895	327.575		
Provisões judiciais	-	218.367	218.367	210.474		
Total passivo	1.200.385	287.351	1.487.736	1.016.500		
Suficiência	54.219	296.748	350.967	606.222		

(*) Para fins de liquidez, consideramos provisão de sinistros a liquidar e despesas relacionadas líquido de IBNeR.

4.7. RISCO REGULATÓRIO E DE CAPITAL

A Seguradora executa suas atividades de gestão de risco de capital através de um modelo de gestão centralizado com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo requerido (CMR) para o segmento de seguro e para o segmento financeiro segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP.

O CMR determina o valor a ser apropriado para a manutenção da solvência da Seguradora, e é composto por quatro riscos: subscrição, crédito, mercado e operacional, conforme exigência do órgão regulador.

A estratégia e modelo utilizados pela Administração consideram “capital regulatório” e “capital econômico” segundo a visão de gestão de risco de capital adotada pela Seguradora.

A estratégia de gestão de risco de capital é de continuar a maximizar o valor do capital da Seguradora através da otimização tanto do nível como diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico periódico da Seguradora.

Os principais objetivos da Seguradora em sua gestão de capital são: (i) manter níveis de capital suficientes para atender requerimentos regulatórios mínimos determinados pela SUSEP; (ii) otimizar retornos sobre capital para os acionistas.

A tabela apresentada a seguir demonstra os valores que compõem o Capital Mínimo Requerido (CMR), Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), suficiência de capital e ativos garantidores, conforme Resolução CNSP nº 432/2021 e suas alterações posteriores.

As principais mudanças na determinação do CMR, PLA, suficiência de capital e ativos garantidores provêm do aumento da sinistralidade retida que acompanha o crescimento da Seguradora, aumento de cessão de resseguro em linhas que demandam maior capital e do aumento dos investimentos, especialmente em ativos intangíveis, que sustentam o programa de transformação da Seguradora.

	31/12/2025	31/12/2024
Patrimônio líquido	372.595	351.815
(I) Ajustes contábeis	(161.805)	(113.647)
Despesas antecipadas	(58)	(55)
Créditos tributários - prejuízos fiscais IR/bases negativas de contribuição social	(54.603)	(43.944)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(96)	(95)
Ativos intangíveis	(98.879)	(57.946)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(8.169)	(11.607)
(II) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	18.304	49.216
Superávit entre provisões e fluxo realista registrado	18.304	49.216
PLA nível 3	18.407	24.143
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR	18.407	24.143
Patrimônio líquido ajustado (a)	229.094	287.384
Capital mínimo requerido (b) - maior entre (c) e (d)	184.897	228.491
Capital base (c)	8.100	8.100
Capital de risco (d)	184.897	228.491
Capital adicional baseado no risco de subscrição	152.854	207.538
Capital adicional baseado no risco de crédito	34.213	20.566
Capital adicional baseado no risco operacional	9.564	8.111
Capital adicional baseado no risco de mercado	9.488	6.662
Correlação	(22.287)	(14.386)
Suficiência de capital (a - b)	43.684	58.893
Ativos garantidores	336.035	423.230
Necessidade de cobertura	271.728	292.595
Suficiência de ativos garantidores (NE 18)	64.307	130.635
% Liquidez de ativos garantidores	23,67%	44,65%

4.8. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Sensibilidade a riscos de seguros - sinistralidade (risco de seguros)

A despesa de sinistros ocorridos pode ser afetada pela frequência e/ou severidade dos sinistros em seu portfólio a partir da influência de diversos fatores. As mudanças climáticas ocorrendo no mundo atualmente, comportamento dos motoristas e estados de conservação das vias rodoviárias, mudanças na situação econômica do país afetando simultaneamente a criminalidade e por consequência os índices de roubo. Os sinistros são devidos à medida que ocorridos. A Seguradora deve efetuar a indenização de todos os eventos cobertos ocorridos durante a vigência da apólice, mesmo que a perda seja descoberta após o término da vigência desta. Como resultado, os sinistros são avisados ao longo de um período e parte significativa destes sinistros está relacionada à provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR), sendo complementada pelo IBNeR. O custo estimado de sinistro inclui despesas diretas a serem incorridas na sua liquidação.

A tabela abaixo simula a sensibilidade no resultado do exercício (bruto do efeito de impostos), caso a sinistralidade varie em 5 pontos percentuais em relação ao prêmio ganho como resultado do aumento ou diminuição na frequência e severidade destes:

	Piora de 5 p.p.s	Cenário base (valores reais)	Melhora de 5 p.p.s
Prêmios ganhos	1.482.308	1.482.308	1.482.308
Sinistros ocorridos	(908.712)	(865.440)	(822.168)
Índice de sinistralidade	(61,30)%	(58,38)%	(55,47)%

Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros (risco de mercado)

As flutuações das taxas de juros, como por exemplo o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução no rendimento das aplicações financeiras.

Se as taxas de juros de CDI fossem 1% mais altas ou mais baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 aumentaria ou diminuiria, conforme tabela abaixo:

	Impactos no resultado e no patrimônio líquido - 100 BPS			
	31/12/2025	31/12/2025	%	
Ativos financeiros				
Pós-fixado	269.579	(2.696)	(0,80)%	
Inflação	66.692	(667)	(0,20)%	
Total	336.271	(3.363)	(1,00)%	

5. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

CPC 50 (IFRS 17) - Contratos de Seguros: Estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que representem fielmente esses contratos. O CPC 50 é aplicável desde 1º de janeiro de 2023, mas só será adotado quando referendado pela SUSEP.

CPC 51 (IFRS 18) - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis: Esta norma substitui o CPC 26 (IAS 1) e estabelece novos requisitos para a apresentação e divulgação de demonstrações contábeis, com foco principal na melhoria da comparabilidade do desempenho financeiro. A norma introduz três categorias obrigatórias de classificação de receitas e despesas na Demonstração do Resultado (DRE): operacional, investimento e financiamento, além de exigir a apresentação de subtotais específicos, incluindo o lucro operacional. A norma tem vigência internacional prevista para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. No Brasil, o cronograma de adoção segue o rito de aprovação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e, para a Seguradora, sua aplicação efetiva dependerá do referendo da SUSEP, que até o momento não se manifestou sobre o cronograma para o mercado segurador local.

Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Seguradora.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A composição das aplicações está distribuída da seguinte forma:

	Taxa contratada %	Nível 1	Nível 2	31/12/2025	Nível 1	Nível 2	31/12/2024
Total de títulos ao custo amortizado		66.692	-	66.692	64.024	-	64.024
Notas do Tesouro Nacional - NTN		66.692	-	66.692	64.024	-	64.024
Total de títulos ao valor justo por meio do resultado		142.259	127.320	269.579	80%	235.086	124.120
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	CDI	121.779	-	121.779	36%	221.047	-
Letras Financeiras - LF	CDI	-	26.157	26.157	8%	81.147	81.147
DPGE	CDI até CDI+ 105,90%	-	63.514	63.514	19%	42.973	42.973

Cotas de fundos de investimento - não exclusivos	CDI	20.480	-	20.480	6%	14.039	-
CDB - certificado de depósitos bancários	101,2% CDI	-	37.649	37.649	11%	-	-
Total aplicações financeiras		208.951	127.320	336.271	100%	299.110	124.120
Circulante		131.171	-	131.171	-	230.220	-
Não circulante		-	-	-	-	-	193.010

A custódia das cotas e respectivos ativos financeiros dos fundos de investimento são mantidos diretamente pelos respectivos administradores.

a) Mensuração do valor justo reconhecido no balanço patrimonial

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Seguradora usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

i. Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;

ii. Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

iii. Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

b) Movimentação

O valor justo por vencimento está distribuído da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	423.230	425.042
(+) Aplicações	445.201	231.701
(-) Resgates	(582.453)	(279.474)
(+/-) Rendimentos	50.293	45.961
Saldo final	336.271	423.230

c) Carteira de aplicações por vencimentos:

	31/12/2025				
	De 1 até 3 meses	De 4 até 12 meses	De 6 até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Títulos ao custo amortizado	-	-	16.344	50.348	66.692
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	16.344	50.348	66.692
Títulos ao valor justo por meio do resultado	74.752	8.075	32.000	154.752	269.579
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	7.867	-	-	113.912	121.779
Letras Financeiras - LF	8.756	8.075	9.326	-	26.157
Cotas de fundos de investimento - não exclusivos	20.480	-	-	-	20.480
DPGE	-	-	22.674	40.840	63.514
CDB	37.649	-	-	37.649	75.298
Total aplicações financeiras	74.752	8.075	48.344	205.100	336.271

	31/12/2024				
	De 1 até 3 meses	De 4 até 6 meses	De 6 até 1 ano	Acima de 1 ano	Mais de 5 anos
Títulos ao custo amortizado	-	-	-	50.980	13.044
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	50.980	13.044
Títulos ao valor justo por meio do resultado	126.332	14.220	89.668	128.986	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	97.662	-	57.037	66.348	-
Letras Financeiras - LF	14.631	14.220	32.631	19.665	-
Cotas de fundos de investimento - não exclusivos	14.039	-	-	-	-
DPGE	-	-	-	42.973	-
Total aplicações financeiras	126.332	14.220	89.668	179.966	13.044

7. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

a) Aging dos créditos das operações com seguros e resseguros

	31/12/2025			31/12/2024		
	Prêmios com seguradoras	Operações com resseguradoras	Total	Prêmios com seguradoras	Operações com resseguradoras	Total
A vencer	763.759	10.092	774.009	697.729	7.721	705.450
Até 30 dias	255.802	1.333	257.293	231.721	202	231.923
De 31 a 60 dias	93.284	90	93.374	79.432	196	79.628
De 61 a 120 dias	127.512	159	127.671	107.962	435	108.397
De 121 a 180 dias	86.254	125	86.379	76.184	376	76.560
De 181 a 365 dias	128.308	1.701	130.009	122.706	275	122.981
Acima de 365 dias	72.599	6.684	79.283	79.724	6.237	85.961
Vencido	21.291	5.219	112.590	139.100	17.494	8.304
Até 30 dias	12.509	1.272	44.756	58.537	11.366	3.164
De 31 a 60 dias	2.716	1.514	31.770	36.000	1.454	347
De 61 a 120 dias	2.309	412	14.902	17.623	605	1.681
De 121 a 180 dias	328	275	12.222	12.825	287	793
De 181 a 365 dias	339	63	2.122	2.524	744	877
Acima de 365 dias	3.090	1.683	6.818	11.591	3.038	1.442
Subtotal	785.050	15.311	112.748	913.109	715.223	16.025
Provisão para redução ao valor recuperável	(3.835)	(1.097)	(30)	(4.962)	(3.675)	(1.628)
Total do circulante e não circulante	781.215	14.214	112.718	908.147	711.548	14.397

b) Movimentação de prêmios a receber

Saldo em 31 de dezembro de 2024

Prêmios emitidos líquido	711.548
Adicional de fracionamento	1.548.393
IOF	(98)
Prêmios recebidos	97.645
Riscos vigentes não emitidos - RVNE	(1.708.112)
Variação cambial	12.481
Redução ao valor recuperável	(4.081)
Prêmio de assistência	(160)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	123.599
c) Abertura por ramo	781.215

	31/12/2025			31/12/2024		
	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Total	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Total
Automóvel	428.900	(1.668)	427.232	364.987	(1.634)	363.353
Transportes	215.411	(794)	214.617	221.116	(513)	220.603
Patrimonial	107.986	(1.166)	106.820	96.788	(1.160)	95.628
Pessoas	24.452	(183)	24.269	22.499	(241)	22.258
Responsabilidades	8.301	(24)	8.277	7.986	(11)	7.975
Garantia (*)	-	-	-	1.847	(116)	1.731
Total	785.050	(3.835)	781.215	715.223	(3.675)	711.548

(*) Transferência de carteira detalhada na nota explicativa nº 26.

d) Prazo médio de parcelamento de prêmios a receber

O prazo médio de parcelamento dos prêmios a receber é de 4 meses para seguros de danos e 2 meses para seguros de pessoas.

8. ATIVOS DE RESSEGURO - PROVISÕES TÉCNICAS

a) Composição dos ativos de resseguro - provisões técnicas

	31/12/2025			
	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG	Provisão de riscos vigentes não emitidos - RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR
Patrimonial	42.749	13.173	46.031	16.905
Transportes	51.000	17.729	48.528	11.045
Automóvel	304.029	10.613	97.565	10.298
Responsabilidades	3.812	1.713	13.031	1.484
Pessoas	583	267	556	194
Marítimos	618	-	-	618
Total	402.791	43.495	205.711	39.926

	31/12/2024				
	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG	Provisão de riscos vigentes não emitidos - RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Total
Patrimonial	40.967	8.900	56.305	6.554	112.726
Transportes	23.346	11.224	34.067	5.240	73.877
Automóvel	21.695	316	19.482	3.896	45.389
Responsabilidades	2.797	2.744	17.314	1.047	23.902
Garantia	1.257	-	-	553	1.810
Pessoas	493	262	56	892	1.703
Marítimos	618	-	-	-	618
Total	91.173	23.446	127.224	18.182	260.025

→ continuação

SEGUROS SURA S/A

CNPJ 33.065.699/0001-27



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

b) Aging de salvados e ressarcimentos

	Salvados		Ressarcimentos	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Até 30 dias	2.889	3.846	2.088	-
31 a 60 dias	2.062	2.452	1.673	-
61 a 180 dias	6.164	4.650	36.307	-
Acima de 180 dias	5.260	4.247	-	-
Total	16.375	15.195	40.068	-

c) Movimentação de salvados e ressarcimentos

	Salvados	Ressarcimentos
Saldo em 31 de dezembro de 2024	15.195	-
Aviso líquido de cancelamento	114.665	42.603
Reavaliação	(5.578)	897
Venda/recebimento	(107.907)	(3.432)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	16.375	40.068

11. IMOBILIZADO

	Saldo em 31/12/2024	Aquisições	Depreciação	Saldo em 31/12/2025
Benfeitoria em imóveis de terceiros	8.192	1.975	(1.163)	9.004
Equipamentos	5.846	856	(1.106)	5.596
Móveis, máquinas e utensílios	1.600	296	(188)	1.708
Total	15.638	3.127	(2.457)	16.308

12. INTANGÍVEL

	Saldo em 31/12/2024	Aquisições	Baixas / vendas	Amortização	Saldo em 31/12/2025
Despesas de desenvolvimento de sistemas	42.805	43.856	(1.228)	(14.738)	70.695
Direito de uso de bases de clientes	15.141	16.000	-	(2.957)	28.184
Total	57.946	59.856	(1.228)	(17.695)	98.879

13. CONTRATOS DE ARRENDAMENTO

A Seguradora adotou, a partir de janeiro de 2021, o IFRS 16 (CPC 6) e iniciou os registros e contabilizações de contratos de diretos de uso de arrendamento mercantil. Os valores estão sendo detalhados a seguir:

a) Ativos de direito de uso

	Ativo de direito de uso
Saldo final em 31/12/2024	10.252
Novos contratos	4.518
Baixa/cancelamento contratos	(79)
Depreciação	(1.931)
Saldo final em 31/12/2025	12.760

b) Passivo de arrendamento

	Passivo de arrendamento
Saldo em 31/12/2024	10.314
Novos contratos	1.823
Apropriação dos juros	(815)
Pagamentos	3.526
Baixa/cancelamento contratos	(79)
Saldo em 31/12/2025	14.769

14. COMPOSIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES A PAGAR E IMPOSTOS A RECOLHER

	31/12/2025	31/12/2024
Obrigações prestação de serviços	74.635	66.204
Participação nos lucros	964	9.897
Honorários/outros	144	-
Outras contas a pagar	7.646	12.577
Total obrigações a pagar	83.389	88.678
Impostos retidos (renda e serviços)	3.596	3.182
Imposto de operações financeiras	44.886	40.670
Contribuições previdenciárias e FGTS	4.131	6.865
Impostos e contribuições	7.869	12.693
Total impostos a recolher	60.482	63.410
INSS sobre férias	1.951	1.646
FGTS sobre férias	595	503
Provisão de férias	7.443	6.283
Total encargos trabalhistas	9.989	8.432
Total contas a pagar	153.860	160.520

15. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

	31/12/2025	31/12/2024
Operações com resseguradoras	611.369	169.507
Corretores de seguros e resseguros	115.416	114.765
Operações com seguradoras	24.593	26.946
Prêmios a restituir	-	3.543
Total	751.378	314.761

a) Operações com seguradoras

Referem-se aos saldos a pagar com operações de cosseguros aceitas e cedidas com congêneres. As comissões a pagar aos corretores devem-se às cobranças de prêmios e recuperações relativas aos prêmios restituídos.

	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios	22.040	24.464
Comissões	1.701	2.416
Salvados	852	66
Total das operações com seguradoras	24.593	26.946

b) Operações com resseguradoras

É composto por prêmio de resseguro líquido de comissão, juntamente com as obrigações a pagar para os resseguradores. Segue a composição das operações com resseguradoras por tipo de ressegurador:

	31/12/2025	31/12/2024
Local	557.161	163.993
Admitido	53.278	4.735
Eventual	930	779
Total operações com resseguradoras	611.369	169.507

Valores brutos de resseguro

Ano de ocorrência	Anos anteriores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Sinistros incorridos													
Até a data-base		273.301	292.233	315.657	313.070	359.062	456.812	482.936	539.128	598.689	753.415	978.188	
1 ano depois		264.884	272.060	288.587	330.981	348.162	414.388	485.630	545.510	601.157	756.030	-	
2 anos depois		264.980	267.100	284.741	320.403	344.419	412.856	490.040	552.939	603.604	-	-	
3 anos depois		266.653	267.276	285.669	312.509	345.395	419.384	491.521	549.262	-	-	-	
4 anos depois		267.351	266.004	283.616	312.566	346.000	419.835	489.038	-	-	-	-	
5 anos depois		266.959	266.284	287.516	309.767	346.227	418.986	-	-	-	-	-	
6 anos depois		268.073	266.837	287.755	308.188	345.395	-	-	-	-	-	-	
7 anos depois		268.189	267.607	288.428	306.172	-	-	-	-	-	-	-	
8 anos depois		267.095	267.712	289.471	-	-	-	-	-	-	-	-	
9 anos depois		267.054	268.047	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
10 anos depois		266.901	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Posição em 31/12/2025		266.901	268.047	289.471	306.172	345.395	418.986	489.038	549.262	603.604	756.030	978.188	5.271.094
Sinistros pagos													
Até a data-base		157.007	178.804	177.648	183.796	224.624	255.333	308.753	338.402	370.321	478.405	642.130	
1 ano depois		244.639	249.577	262.870	266.992	319.695	389.485	456.186	514.244	558.018	725.737	-	
2 anos depois		254.287	256.540	273.642	287.562	328.235	402.418	469.788	525.486	579.913	-	-	
3 anos depois		256.846	258.280	275.652	289.834	333.201	406.772	475.000	529.264	-	-	-	
4 anos depois		259.763	260.315	276.411	292.451	335.591	412.983	480.076	-	-	-	-	
5 anos depois		261.013	261.822	279.540	294.229	336.798	413.774	-	-	-	-	-	
6 anos depois		263.200	262.147	281.481	296.793	337.216	-	-	-	-	-	-	
7 anos depois		263.311	262.780	282.915	297.050	-	-	-	-	-	-	-	
8 anos depois		263.987	262.916	283.578	-	-	-	-	-	-	-	-	
9 anos depois		264.395	264.522	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
10 anos depois		264.775	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Posição em 31/12/2025		264.775	264.522	283.578	297.050	337.216	413.774	480.076	529.264	579.913	725.737	642.130	4.818.035
Variação entre estimativa inicial e final		6.400	24.186	26.186	6.898	13.667	37.826	(6.102)	(10.134)	(4.915)	(2.615)	-	
% de variação entre estimativa inicial e final		2,40%	9,02%	9,05%	2,25%	3,96%	9,03%	(1,25)%	(1,85)%	(0,81)%	(0,35)%	-	
Reconciliação com o balanço patrimonial (**)													
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	27.910	2.126	3.525	5.893	9.122	8.179	5.212	8.962	19.998	23.691	30.293	336.058	453.059
PSL + IBNR - Despesa	1.851	85	106	194	1.125	150	171	883	272	583	792	7.111	11.472
PSL + IBNR - Salvado e ressarcimento	(12.652)	(736)	(4.734)	(1.974)	(709)	(1.265)	(1.017)	(1.322)	(3.219)	(6.559)	(17.218)	(64.818)	(103.571)

Valores líquidos de resseguro

Ano de ocorrência	Anos anteriores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Sinistros incorridos													
Até a data-base		231.547	254.732	262.750	218.666	237.785	222.625	254.127	356.369	366.774	555.372	564.932	
1 ano depois		229.108	245.977	251.873	213.535	321.195	212.797	279.998	373.917	389.705	584.336	-	
2 anos depois		232.036	245.669	253.093	213.084	319.148	213.494	284.369	380.053	391.854	-	-	
3 anos depois		233.228	247.515	253.960	213.008	321.208	217.700	288.780	381.165	-	-	-	
4 anos depois		233.972	247.781	254.066	215.976	323.406	220.524	290.641	-	-	-	-	
5 anos depois		234.100	248.793	256.064	216.922	323.432	220.196	-	-	-	-	-	
6 anos depois		234.275	248.685	255.902	217.651	322.916	-	-	-	-	-	-	
7 anos depois		234.645	249.476	256.503	217.707	-	-	-	-	-	-	-	
8 anos depois		233.674	249.733	256.445	-	-	-	-	-	-	-	-	
9 anos depois		233.822	250.145	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
10 anos depois		233.719	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Posição em 31/12/2025		233.719	250.145	256.445	217.707	322.916	220.196	290.641	381.165	391.854	584.336	564.932	3.714.056
Sinistros pagos													
Até a data-base		147.462	171.751	169.805	145.217	154.141	144.361	164.417	233.717	243.358	365.833	421.884	
1 ano depois		215.060	233.576	240.733	203.157	308.282	201.910	263.230	360.482	368.595	561.100	-	
2 anos depois		224.074	239.653	245.468	206.796	312.669	207.850	273.703	369.584	381.050	-	-	
3 anos depois		226.457	241.551	247.106	207.314	315.801	211.389	278.132	373.285	-	-	-	
4 anos depois		227.553	243.552	247.768	208.891	317.698	214.374	283.416	-	-	-	-	
5 anos depois		228.728	244.951	250.013	210.350	318.728	215.136	-	-	-	-	-	
6 anos depois		230.376	245.273	251.053	211.552	319.125	-	-	-	-	-	-	
7 anos depois		230.416	245.906	252.431	211.737	-	-	-	-	-	-	-	
8 anos depois		231.088	246.042	252.963	-	-	-	-	-	-	-	-	
9 anos depois		231.485	247.372	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
10 anos depois		231.852	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Posição em 31/12/2025		231.852	247.372	252.963	211.737	319.125	215.136	283.416	373.285	381.050	561.100	421.884	3.498.920
Variação entre estimativa inicial e final		(2.172)	4.587	6.305	959	(85.131)	2.429	(36.514)	(24.796)	(28.080)	(28.964)	-	
% de variação entre estimativa inicial e final		(0,93)%	1,83%	2,46%	0,44%	(26,36)%	1,10%	(12,56)%	(6,51)%	(6,40)%	(4,96)%	-	
Reconciliação com o balanço patrimonial (**)													
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	19.115	1.867	2.773	3.482	5.970	3.791	5.060	7.225	7.880	10.804	23.236	143.048	215.136
PSL + IBNR - Despesa	1.417	65	82	175	867	116	93	656	187	392	469	2.165	5.267
PSL + IBNR - Salvado e ressarcimento	(10.961)	(277)	(770)	(701)	(688)	(878)	(437)	(1.278)	(3.057)	(4.234)	(11.292)	(31.399)	(55.011)

→ continuação

SEGUROS SURA S/A
CNPJ 33.065.699/0001-27



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

18. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Para cobertura das provisões técnicas, a Seguradora mantinha os seguintes títulos e valores mobiliários retidos ou vinculados à SUSEP:

	31/12/2025	31/12/2024
Provisões técnicas - seguros	1.131.951	1.006.374
(-) Deduções/exclusões	(860.223)	(713.779)
Direito creditório	(524.411)	(515.450)
Custos de aquisição diferidos redutores	(38.858)	(27.537)
Ativos de resseguro redutores	(296.954)	(170.792)
Total a ser coberto	271.728	292.595
Títulos de renda fixa - públicos	214.628	366.218
Títulos de renda fixa - privados	100.927	42.973
Cotas de fundos de investimento - renda fixa	20.480	14.039
Total	336.035	423.230
Suficiência	64.307	130.635

19. OUTROS DÉBITOS - PROVISÕES

A Seguradora possui diversos processos judiciais e administrativos. Essas provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e potenciais riscos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

	31/12/2025	31/12/2024
Obrigações legais - fiscais e previdenciárias (a)	217.663	302.376
Provisões trabalhistas (b)	330	-
Provisões cíveis (c)	374	22
Sinistros	-	560
Total	218.367	302.958

a) Provisões fiscais e previdenciárias

Os valores registrados nessa rubrica são relacionados, principalmente, a discussões judiciais, registradas no exigível a longo prazo. Essas ações, quando requeridas, estão amparadas por depósitos judiciais classificados no realizável a longo prazo. A Seguradora constitui provisão, apoiada na opinião de seus consultores jurídicos, conforme suas probabilidades de êxito e relevância. A Administração da Seguradora atualiza os depósitos judiciais fiscais e seus passivos correspondentes de acordo com as taxas vigentes.

As principais ações fiscais e os saldos dos correspondentes depósitos judiciais podem assim, serem resumidos:

- COFINS - A Seguradora questiona judicialmente a inconstitucionalidade da cobrança de 3% (COFINS) por falta de recepção pela Lei nº 9.718/98.
- PIS - Empresa objetiva recolher o PIS pelos critérios da Lei Complementar nº 07/70, pois a Emenda Constitucional nº 1/94 ao instituir o Fundo Social vedou regulação do dispositivo por Medida Provisória.
- ISS - Ação referente ao questionamento dos recolhimentos efetuados com retenções de prestações de serviços.

	Provisão judicial	Depósito judicial	Provisão judicial	Depósito judicial
31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
192.300	182.615	254.674	241.376	
25.350	24.180	39.181	37.206	
13	2.430	-	2.430	
-	-	7.983	6.983	
-	-	538	499	
Total	217.663	209.225	302.376	288.494

b) Provisões judiciais - trabalhistas

Ações de vínculo empregatício e direitos trabalhistas referem-se aos questionamentos de equiparação salarial e horas extras, pedidos de indenização de empresas jurídicas que atuavam como representações da Seguradora e estão registradas de acordo com suas possibilidades de perdas estabelecidas pelos consultores jurídicos da Seguradora.

c) Provisões judiciais - cíveis

O saldo das provisões judiciais cíveis refere-se, basicamente, a ações de natureza cível não relacionadas a ações de seguros e que, na opinião dos consultores jurídicos da Seguradora, apresentam risco de perda provável ou expectativa de saída de caixa.

d) Composição das provisões judiciais

	31/12/2025				31/12/2024			
	Quantidade	Reclamado	Provisionado	%	Quantidade	Reclamado	Provisionado	%
Fiscais								
Provável	1	23.014	23.014	100%	1	2.431	2.431	100%
Possível	3	194.636	194.636	100%	3	184.855	184.855	100%
Remota	1	13	13	100%	1	21.939	21.939	100%
Total	5	217.663	217.663		5	209.225	209.225	
Trabalhistas								
Provável	15	330	330	100%	10	884	884	100%
Total	15	330	330		10	884	884	
Cíveis								
Provável	20	374	374	100%	33	365	365	100%
Possível	34	2.466	-	0%	42	1.011	-	0%
Remota	62	1.749	-	0%	48	1.224	-	0%
Total	116	4.589	374		123	2.600	365	
Total geral	136	222.582	218.367		138	212.709	210.474	

e) Movimentação das provisões judiciais

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2024	209.225	884	365	210.474
Adições	-	134	14	148
Baixas	(2.577)	-	(157)	(2.734)
Pagamentos	(870)	(250)	(61)	(1.181)
Alterações de provisão	-	(438)	1	(225)
Atualização monetária	11.885	-	212	11.885
Saldo em 31/12/2025	217.663	330	374	218.367

20. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A Seguradora constitui uma provisão atuarial em virtude de benefício pós-emprego. Os cálculos e premissas utilizadas foram elaborados de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados. Foi contratado o escritório atuarial Willis Towers Watson para efetuar os cálculos e preparar relatórios que suportam as premissas utilizadas e os valores constituídos.

a) Análise de sensibilidade das hipóteses

	31/12/2025	31/12/2024
Hipóteses financeiras		
Taxa de desconto real	10,91% a.a. (7,16% a.a. real)	11% a.a. (7,25% a.a. real)
Taxa de inflação geral	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Fator envelhecimento (aging factor)	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Taxa de tendência de custo de assistência médica	6,60% (3,00% a.a. real)	6,60% (3,00% a.a. real)
Hipóteses biométricas		
Tábua de mortalidade	AT-2000 segregada por gênero	AT-2000 segregada por gênero
Tábua de mortalidade pessoas com deficiência	RRB-1983	RRB-1983
Turnover	média 19%	média 19%
Aposentadoria	65 anos homens/ 62 anos mulheres	65 anos homens/ 62 anos mulheres

b) Movimentação do passivo de benefício pós-emprego

	31/12/2024
Saldo em 31/12/2024	12.645
Impacto no resultado	1.409
Custo atual do serviço	53
Juros líquidos sobre o passivo de benefício definido líquido	1.356
Impacto em outros resultados abrangentes (ORA)	(1.691)
Perda atuarial devido à experiência	112
Ganho atuarial devido a alterações de premissas	(1.803)
Benefícios pagos pela Seguradora	(139)
Saldo em 31/12/2025	12.224

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social está representado por 392.697 ações (39.269.781 ações em 31 de dezembro de 2024) ordinárias nominativas, sem valor nominal. O capital social apresentou, em 31 de dezembro de 2025, o valor de R\$ 362.222 (R\$ 362.222 em 31 de dezembro de 2024).

b) Reserva legal

Constituída, ao final de cada exercício social, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

c) Outras reservas de lucros

Correspondem à parcela do lucro líquido remanescente, após as deduções legais e a constituição da reserva legal, ao final de cada exercício social, sujeita à deliberação da Assembleia Geral.

d) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 25% a partir do lucro líquido do exercício.

e) Composição acionária

	31/12/2025
Origem	Ações ordinárias
BR	392.697
Total	392.697

Presidência
Jorge Andres Mejia Presidente

Contador
Júlio Cesar Silva CRC-1SP282009/0-3

Atuário Responsável Técnico
Ricardo César Pessoa MIBA: 1076

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da

Seguros SURA S.A.

São Paulo - SP

CNPJ: 33.065.699/0001-27

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Seguros SURA S.A., em 31 de dezembro de 2025, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A auditoria atuarial independente da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Seguros SURA S.A., como previsto no Pronunciamento aplicável à auditoria atuarial independente.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Seguros SURA S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os

22. RAMOS DE ATUAÇÃO DA SEGURADORA

Estão sendo detalhados a seguir os principais ramos de atuação, bem como os respectivos montantes de prêmios ganhos, sinistros ocorridos, custos de aquisição e índices de sinistralidade e de comissionamento:

	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios ganhos	653.449	518.597
Sinistros ocorridos	(518.597)	(518.597)
Custos de aquisição	(107.514)	(107.514)
Sinistralidade	79%	79%
Comissionamento	16%	16%
Principais classes de negócios		
Automóveis	341.723	(158.170)
Transportes	290.855	(89.100)
Patrimoniais	175.239	(96.499)
Pessoas	18.153	(3.929)
Responsabilidades	2.889	855
Outros	1.482.308	(865.440)
Total	(349.743)	(349.743)

	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios ganhos	524.872	(342.577)
Sinistros ocorridos	(342.577)	(342.577)
Custos de aquisição	(76.318)	(76.318)
Sinistralidade	65%	65%
Comissionamento	15%	15%
Principais classes de negócios		
Automóveis	346.622	(166.265)
Transportes	256.462	(74.340)
Patrimoniais	141.405	(67.487)
Pessoas	14.600	(6.113)
Responsabilidades	2.400	(203)
Outros	1.286.361	(656.985)
Total	(316.128)	(316.128)

23. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

a) Prêmios emitidos

Prêmios diretos

Co-seguro aceito de congêneres

Co-seguro cedido a congêneres

Prêmios - riscos vigentes não emitidos (RVNE)

b) Variações das provisões técnicas de prêmios

Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)

c) Prêmios ganhos

d) Sinistros ocorridos

Indenizações avisadas (PSL)

Recuperação de sinistros com congêneres

Salvados e ressarcimentos

Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)

Variação da provisão de despesas relacionadas (PDR)

Serviços de assistência

e) Custos de aquisição

Comissões sobre prêmios

Recuperação de comissões de congêneres

Variação do custo de aquisição diferido

Outros custos de aquisição

f) Outras receitas e despesas operacionais

Outras receitas operacionais

Outras despesas operacionais

Redução ao valor recuperável

Comissões adicionais de performance a corretores

Outras despesas operacionais

g) Resultado com resseguro

Receita com resseguro

Indenização de sinistros

Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)

Variação da provisão de despesas relacionadas (PDR)

Receita com participações em lucros

Despesa com resseguro

Prêmios

Comissões

Cancelamentos

Restituição

Prêmios - riscos vigentes não emitidos (RVNE)

Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)

Comissões diferidas

Salvados e ressarcimentos

h) Despesas administrativas

Despesas com pessoal próprio

Despesas com serviços de terceiros

Despesas com localização e funcionamento

Despesas com publicidade e propaganda

Despesas com publicações

Despesas com depreciação e amortização

Despesas com donativos e contribuições

Outras despesas administrativas

i) Despesas com tributos

Impostos federais

Impostos estaduais

Impostos municipais

COFINS

PIS

Contribuição sindical

Taxa de fiscalização

Outros tributos

j) Resultado financeiro

Receitas financeiras

Receita com títulos de renda fixa privados

Receita com títulos de renda fixa públicos

Receitas financeiras com operações de seguros

Receita com atualização de depósitos judiciais

Receita com quotas de fundos de investimentos

Outras receitas financeiras

Despesas financeiras

Despesas com títulos de renda fixa

Despesas financeiras com operações de seguros

Juros de contrato de arrendamento

Despesas financeiras de tributos

Despesas financeiras com impostos e contribuições

Outras despesas financeiras

k) Ganhos ou perdas com ativos não correntes

Resultado na alienação de bens do ativo permanente

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda	9.338	43.113
Contribuição social	9.338	43.113

Resultado antes dos impostos e após participações

(+/-) Ajustes temporários

(+/-) Ajustes permanentes

Base de cálculo antes da compensação de prejuízos

(-) Compensação de prejuízos fiscais

Base de cálculo após compensação

Alíquota média do exercício

Expectativa de resultado de IRPJ e CSLL

de acordo com a alíquota vigente

Incentivos fiscais

Realização crédito tributário

Ajuste tributários oriundos das diferenças intertemporais

Impairment

Total de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda	9.338	43.113
Contribuição social	9.338	43.113

(+/-) Ajustes temporários

(+/-) Ajustes permanentes

Base de cálculo antes da compensação de prejuízos

(-) Compensação de prejuízos fiscais

Base de cálculo após compensação

Alíquota média do exercício

Expectativa de resultado de IRPJ e CSLL

de acordo com a alíquota vigente

Incentivos fiscais

Realização crédito tributário

Ajuste tributários oriundos das diferenças intertemporais

Impairment

Total de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda	9.338	43.113
Contribuição social	9.338	43.113

★ continuação

SEGUROS SURA S/A

CNPJ 33.065.699/0001-27

sura

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Seguros SURA S.A. em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Supervisionada e utilizadas em nossa auditoria atuarial independente, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro

parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026

Mário Costa

Atuário MIBA 933

FORVIS MAZARS SERVIÇOS ATUARIAIS LTDA., CIBA 170

CNPJ nº 41.921.418/0001-19

Avenida Trindade, 254, salas 1314 e 1315, Edifício Office

Bethaville, Bairro Bethaville I, na Cidade de Barueri, no Estado de São Paulo, CEP: 06404-326

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Seguros SURA S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Seguros SURA S.A. (“Seguradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Seguradora em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 24 de fevereiro de 2025, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos:

(a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora.
- Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 25P000160/O-5

Maria José De Mula Cury

Contadora CRC 1SP192785/O-4

www.segurossura.com.br

ESTADÃO



QUER RESULTADOS?

PUBLIQUE SEUS BALANÇOS

E ATOS SOCIETÁRIOS

NO ESTADÃO.

+ VISIBILIDADE

+ CREDIBILIDADE

RESULTADOS QUE FAZEM A DIFERENÇA



ESTADÃO RI

PUBLICAÇÃO SIMULTÂNEA NA

PLATAFORMA DE RELAÇÕES

COM INVESTIDORES

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: (11) 3856-2442

ACESSE E CONHEÇA:



ESTADÃO



ESTADÃO RI

a rádio dos melhores ouvintes

ELDORADOFM

107.3

Uma parceria de conteúdo com a Fundação Brasil 2000

ESTADÃO

BLUE STUDIO



AGÊNCIA

ESTADO

broadcast